

MUNICÍPIO DE PRANCHITA



LEI Nº 901/2010

Súmula: Define obrigação de pequeno valor, atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do Artigo 100, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRANCHITA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

ART: 1º - Ficam definidas como obrigações de pequeno valor as fixadas nesta Lei, para o pagamento direto, sem precatório, pelo Município de Pranchita ou Fundação Hospitalar da Fronteira.

§ 1º: A obrigação de pequeno valor será de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), corrigido anualmente, no mês de janeiro, de acordo com o IGP-M.

§ 2º: É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 3º: É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

ART: 2º: Os débitos de pequenos valores contra o Município ou a Fundação Hospitalar da Fronteira, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

ART: 3º: O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

ART: 4º: Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no Artigo 1º, o pagamento será sempre por



MUNICÍPIO DE PRANCHITA



meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do Artigo 100, da Constituição Federal.

ART 5º: Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART: 6º: - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 08 DE SETEMBRO DE 2010.


MARCOS MICHELON
Prefeito Municipal